

Frente é criada em clima de polêmica

Ilhas do Lago monopoliza discussões na instalação de grupo de parlamentares em defesa de Brasília

J. Freitas/Ag. Brasil

GUILHERME QUEIROZ

Em meio ao caloroso debate – mais crítico que elogioso à preservação da capital federal –, um apelo esquentou os debates no lançamento da Frente de Parlamentar em Defesa de Brasília, ontem, na Câmara dos Deputados. A ex-presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e filha de Lúcio Costa, Maria Elisa Costa, pediu publicamente ao senador Paulo Octávio (PFL-DF) que abandone a idéia de construir do empreendimento Ilhas do Lago, do qual é um dos três sócios.

O senador estava de saída do auditório, após discursar como signatário da frente parlamentar, quando Maria Elisa solicitou que ele permanecesse na mesa. Em seu apelo, classificou o residencial em construção às margens do Lago Paranoá como “um tapa na cara de Brasília” e “no projeto urbanístico original do Plano Pilo-

to”. E pediu para que a obra se enquadre, antes de se consolidar, aos preceitos do tombamento, que vedam áreas residenciais neste lado da orla.

– Tudo depende de um pequeno começo. A proposta está no endereço errado, deveria estar do outro lado do lago. É o avesso do avesso do avesso – criticou Maria Elisa.

Maria Elisa Costa pediu que Paulo Octávio abandone projeto

Um dos sócios da Orla Empreendimentos – consórcio responsável pelo Ilhas do Lago –, Paulo Octávio afirmou que não possuía “procuração” para falar em nome dos outros empreendedores. Para

prestar mais esclarecimentos a Maria Elisa, convidou-a a conversar com os arquitetos responsáveis pelo projeto. Explicou que o Ilhas do Lago consiste de um novo conceito de hotelaria e afirmou que não há possibilidade de alterá-lo.

– Chegou à exaustão o conceito de apartamentos pequenos entre os apart-hotéis. Tem aprovação do GDF – argumenta o senador.



MANINHA, autora da proposta, diz que preservação de Brasília é “questão emergencial”

A Frente Parlamentar nasce sob a desconfiança de alguns signatários. O senador Cristovam Buarque (PT-DF) afirma que o movimento não terá efeito se a bandeira não for estendida para uma política que busque frear o fluxo migrató-

rio para o DF. Ex-funcionário de Oscar Niemeyer e pioneiro, o arquiteto Carlos Magalhães afirma que a discussão deve ir além de debates filosóficos sobre o tombamento, sob risco de a iniciativa ficar apenas na conversa.

– Formar uma frente dessas pode desmoralizar todo mundo. As deturpações do plano original estão acontecendo e ninguém faz nada. Ninguém tem peito de entrar na Justiça – alfinetou Magalhães.

Em resposta ao discurso do

pioneiro, Paulo Octávio defendeu que o grupo se mobilize para a aprovação de dois projetos de sua autoria que serão votados na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, na próxima quarta-feira. Um aumenta a pena para grileiros de dois para oito anos de prisão. O outro prevê condenação para donos de cartórios que registrem escrituras frias e alterem registros fundiários.

Os debates da frente parlamentar, entretanto, só devem começar em fevereiro, após o recesso. Segundo a deputada federal Maria José Maninha (PT-DF), criadora do grupo, os 40 deputados que já aderiram ao grupo precisam eleger a comissão diretora e o conselho consultivo da frente. Ela afirma que vai chamar entidades ambientais e defensoras do tombamento serão chamadas para que se trace um plano de ação e uma agenda para o grupo.

– A preservação de Brasília é uma questão emergencial. Vamos transformar nossa indignação em ações concretas – promete Maninha.